

Gênero, educação e religião: o poder simbólico na cultura e o discurso da desigualdade¹

Gender, education and religion: the symbolic power in culture and the discourse of inequality

Jane Soares de Almeida²
Jamilly Nicacio Nicolete³

Resumo

As missões protestantes, paralelamente à expansão capitalista da segunda metade do século XIX, trouxe para o Brasil não só outras formas de Cristianismo, como também as promessas do liberalismo e progresso presentes na ideologia protestante da época. Neste artigo, discute-se a experiência da missão presbiteriana norte-americana no Brasil, buscando entender as condições históricas nas quais esta missão transcorreu no país e sua aceitação ideológica. Aborda-se, outrossim, o conceito de cultura, gênero e sua influência no momento histórico brasileiro, transplantado pelos missionários junto à população, assim como a introdução da ideia da educação e religião serem veiculadas por mulheres, como estandartes das qualidades morais que o País necessitava para ser um espelho para o mundo.

Palavras-chave: educação, História da Educação, gênero, religião, cultura.

Abstract

By the last half of the nineteenth century the protestant missions, alongside with the capitalist expansion, brought to Brazil not only different flavors of Christianity, but also promises of liberalism and progress found at the current Protestant ideology at that time. In this article, we discuss the experience of the American Presbyterian mission in Brazil, looking for the historical conditions in which this mission happened in the country and its ideological acceptance. We address the concepts of culture, gender and their influence at that Brazilian historical moment, transplanted by missionaries towards the population. We also study the emergence of the idea that education and religion are carried by women as bearers of moral qualities necessities for the country to become a mirror to the world.

Keywords: education, history of education, gender, religion, culture.

¹ Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Bolsa de Doutorado em Educação da FAPESP.

² Doutora em História e Filosofia da Educação (USP). Docente do PPGE da UNISO/SP. janesoaresdealmeida@uol.com.br

³ Doutora em Educação (UNESP). Docente da Universidade Anhanguera e Instituto Aroeira/Araçatuba/SP.

Introdução

A cultura é fruto da universalidade, mas também é pontuada pelas diferenciações existentes na dinâmica da vida social de cada povo. Nessa perspectiva, as mulheres, discriminadas culturalmente ao longo dos séculos, sobrevivendo na sombra do mundo doméstico e contando histórias, enquanto tecem o fio do tapete da existência, foram as pioneiras na arte de perpetuar a vida por meio da oralidade. Em comum, possuem uma história de opressão e resistência que transcende a habitual categoria explicativa de classe social que faz parte de uma opressão universal.

Nessa opressão existem as variadas formas de submissão, numa escala axiológica que ultrapassa as questões de raça, religião, cultura, etnia e se ancora no terreno das mentalidades e das representações culturais, as quais são fortemente impregnadas pelos dogmas religiosos e comportamentos morais.

As fontes documentais fornecem informações que possibilitam complementar a reconstrução histórica. A questão que se coloca é: como levar a efeito uma análise que possa fazer a interpretação do discurso escrito de forma a produzir um conhecimento com validade científica como o exige um trabalho dessa natureza? Para o deslindamento dessa questão impõe-se uma reflexão filosófica que indique as vias teóricas a serem utilizadas, no sentido que lhe atribui RICOEUR, (1978, p.8): “O próprio trabalho da interpretação revela um desígnio profundo: o de superar uma distância, um afastamento cultural, o de equiparar o leitor a um texto que se tornou estranho e, assim, incorporar seu sentido à compreensão presente que um homem pode obter dele mesmo”. Portanto, se a interpretação é apreensão do sentido e a realidade não se reduz apenas à experiência sensível, identificando-se com o que pode ser dito, a linguagem como mediação simbólica com o mundo é veículo capaz de instaurar o sentido. Ricoeur elabora uma teoria do texto, ou seja, o momento da efetuação da linguagem em discurso propondo uma hermenêutica do ser e da

existência. A hermenêutica, situada no campo científico, preocupa-se também em centrar-se na ontologia e compreender deixa de aparecer como um simples modo de conhecer para tornar-se uma maneira de ser e de relacionar-se com os seres e com o ser. Assim, toda interpretação se propõe a vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural à qual pertence o texto e o próprio intérprete, no momento da leitura. (RICOEUR, 1978).

Nesse diálogo com as fontes históricas, diálogo muitas vezes frustrado por perdas e desencontros, faz-se necessário a incursão por uma dinâmica de pesquisa pautada por aquilo que Carlo Ginzburg (1989) denomina de *paradigma indiciário*, o qual procura recuperar a realidade e recompor uma intersecção da atmosfera mental do período que pode encontrar ressonância no tempo atual. Essa atitude de imbricar as práticas e interfaces com as representações simbólicas culturais faz parte da função precípua da investigação, buscando reorientar o olhar historiográfico.

1.Gênero: a ausência feminina nas opções sociais

Nas relações de gênero, a presença feminina, apesar dos notáveis avanços da última década, ainda se situa nas fímbrias do sistema, na marginalidade das realizações e na brevidade de uma existência transcorrida nos intramuros da domesticidade. Ao contrário dos feitos masculinos, qualificados com farta documentação histórica, quanto às mulheres há ainda poucos registros, testemunhos de tempos guardados ao longo dos anos, na intimidade dos lares, na preservação daquilo que se viveu, abrigados de olhos indiscretos.

A histórica ausência feminina da instrução e das esferas de poder impediu testemunhos mais vastos. Para escrever na temática acerca das mulheres e as relações entre os sexos, em qualquer campo do conhecimento, há que se valer de sinais, de indícios, de vestígios, de fontes pouco ortodoxos num risco assumido de desconsiderar que apenas o que é objetivo dá conta da existência humana, sejam seus atores homens ou mulheres. Assim, procura-se, mais do que interpretar,

reinterpretar, inferir, concluir parcialmente, eliminando em parte a invisibilidade que por tanto tempo vem se cristalizando em alguns espaços, ao quais, apesar de serem majoritariamente femininos, como o campo educacional, sempre foram analisados do ponto de vista masculino. Além dessa vertente que aborda um referencial sociológico, cultural e filosófico, a produção teórica da crítica feminista para a estrutura do conhecimento, os estudos de gênero e a religiosidade se entrecruzam e muitas vezes são contrapontos.

Os estudos de gênero, como paradigma da crítica feminista dos anos 90 do século XX, reconhecem a importância da vida cotidiana privada, da história das mentalidades, das crenças e dos sentimentos humanos, das formulações derivadas do subjetivismo e que se mantêm nas margens da História. A subordinação do sexo feminino ao sexo masculino é mais um mecanismo de controle social, nos quais a ideologia religiosa ocupa papel importante. O poder visa, sobretudo, a normatização e regramento de hábitos e costumes, higienização e moralização de comportamentos, induzindo ao pleno acatamento dos preceitos legais, sociais e religiosos. Onde há a Ordem existe o Progresso? Ou, melhor formulando, a Ordem possibilita que haja Justiça? O Progresso está ao alcance de todos/as? Ou a Democracia se limita à unção do passado histórico originado na Grécia? O enraizamento de crenças baseadas nas diferenças hierarquizadas produz padrões culturais, nos quais os privilégios do grupo minoritário, (seja quanto à classe social, seja quanto ao sexo ou etnias), são veementemente mantidos e preservados, mesmo que para isso haja ruptura da Ordem e o Progresso seja utópico.

A História pode apresentar lacunas, mas também fornecer indícios para novas buscas. É como se processa a construção do conhecimento. E o passado, assim como o futuro, é uma construção da vida social que alicerça ou desmascara ideologias. Tal constatação deriva do fato de que o presente só tem significância em relação ao passado e aquele em relação com os eventos futuros. Se quisermos fazer história, os eventos têm de ser relacionados a seus passados e seus futuros, têm de ser construídos como significativos e, portanto, inscritos no círculo das coisas

essencialmente contestáveis. Estamos engajados num processo de deliberação a respeito do passado, e o passado está vivo no presente. (GROSHOLZ, 1993, p.204). No entanto, como identificar e superar o dilema metodológico, quando a quebra de paradigmas estruturais identificados no gênero confronta com o Poder instituído, lesivo, que se sobrepõe à Justiça e à Igualdade? Sobreposição que ignora a herança cultural e religiosa que estabelece Direitos e Deveres por igual?

2.Gênero, Religião e poder simbólico

A inclusão da categoria religião, como parte da cultura, para analisar as relações entre os sexos e o papel das mulheres no edifício social representa o ponto nevrálgico para onde convergem as relações de poder estabelecidas no espaço simbólico e no imaginário, por aglutinar a essencialidade da existência humana que é a representação de finitude da vida. A crença no mundo sobrenatural, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão, sempre normatizaram o comportamento social, com maior ênfase no sexo feminino.

No Brasil, encarregada desde o descobrimento pela via das missões jesuíticas, de educar e dar formação religiosa à população, a Igreja católica exerceu considerável influência nesse campo, ditando regras sociais, morais e de comportamento religioso centralizando sua atenção nas elites. O povo permanecia o mais das vezes às margens das instituições, afastado da escola, unindo-se pelo concubinato sem regularizar sua união, batizar os filhos e enterrar os mortos, ausente das bênçãos dos clérigos e da sacralização dos costumes. Estes eram definidos pela instituição religiosa incumbida de perpetuar a tradição luso-cristã, na qual normas consideradas desviantes e hábitos em desacordo com a moral eram severamente punidos com o uso do conceito de pecado e a ameaça da excomunhão e do inferno. O adestramento dos corpos pela pressão da Igreja católica possuía como alvo principal a sexualidade feminina que, ao ultrapassar o permitido, ameaçaria o equilíbrio da família e do grupo social:

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predisponha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados por Satanás. (ARAÚJO, 1997, P. 46).

Esse estigma, com raízes na sexualidade fez com que as religiões cristãs dessem grande importância a uma imagética de pureza feminina, pelo regramento dos corpos e mentes. Os primeiros eram controlados com exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar nas mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de *pecado carnal*. As mentes eram passíveis de ser adestradas pela educação, utilizando-se de uma *pedagogia do temor e da culpa* que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino.

A figura do confessor no interior das residências, bastante frequente no século XIX e até mesmo no século XX, demonstra bem a influência da sacralidade católica no regramento da conduta feminina. A moralidade protestante, por sua vez, também se voltava para a *consciência do pecado* que tinha suas origens no sexo. Por carregar a nódoa do pecado original, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio. O casamento e a maternidade eram a salvação feminina; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã.

Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes ou nas instituições públicas. A menina tornava-se esposa e mãe honrada, primeiramente criada na casa dos pais com um destino profetizado, depois casada na igreja, vestida de branco para demonstrar a virgindade. Na visão da sociedade misógina, a maternidade era o ápice na vida de toda mulher. Doravante ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria,

a mulher que pariu virgem o menino judeu, que teria como missão ser o salvador do mundo.

A religiosidade, pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, se revestia de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador. Herdeira da tradição e ancorada no território do sagrado, a ideologia religiosa atuava como reguladora da consciência e estabelecia conexões com vários aspectos da prática social como a vida cotidiana, a fé, a economia, a política, a festa, os rituais, a educação e as relações entre os sexos, esculpindo assim as interfaces do pluralismo cultural na convivência dos seres humanos. Nesse universo, convivem as questões ligadas à subjetividade, à identidade, ao sonho, à magia, às crenças e às representações. As simbologias referentes ao sexo feminino emergem como categorizações distintas do mundo masculino, sendo vistas como portadoras de diferenças relacionais.

O olhar dominante, no exercício das relações de poder é passível de atribuir defeitos e qualidades nas relações de alteridade e, dependendo da expectativa que se tem da conduta considerada *certa* ou *desviante*, reprime e castiga com a mesma intensidade com que cria um esquema de simbologias. Este pode estar na contravenção das expectativas que o segmento dominante elaborou para o desempenho de papéis, sejam eles de natureza sexual, religiosa ou educativa, quando não se alinham com suas normas e regras de conduta. Esse olhar revela, como traços essenciais da alteridade, aqueles que estão em situação de dominados, como fragmentos imperfeitos, “feixes de informações” que não são reveladores da profundidade e do pluralismo de sua cultura.

A religião, de qualquer origem, sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos. O catolicismo, ao impor às mulheres a imagem da Virgem e Mãe, arquétipos dicotômicos; o protestantismo com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo infringindo ao sexo feminino as mais pungentes humilhações e cerceamento de liberdade individual. Mesmo as religiões mais primitivas de origem afro ou hindu, as orientais e outras têm

contribuído para imposições de origem cultural e religiosa que, ao longo dos séculos, colocaram as mulheres na crônica do atentado aos direitos humanos, o que vem sendo incisivamente denunciado nos veículos de comunicação.

Nesse sentido, a ideologia religiosa pode tanto deformar a realidade como solidificar as crenças que são veiculadas pela cultura, o que gera diferentes comportamentos humanos que estão ligados ao clima, às etnias, à geografia, ao desenvolvimento da economia e da política, alicerçando na sociedade um sistema de crenças e de comportamentos coletivos. Nesse sistema de crenças⁴, a fé no mundo sobrenatural ocupa um lugar determinante nas manifestações culturais, modelando o imaginário e instaurando comportamentos ditados pela ideologia.

As expressões religiosas diferem segundo a cultura, a educação e os diversos grupos sociais. A Igreja católica, veiculadora da religião dominante, marcadamente tradicional e afastada da população iletrada do Brasil dos primeiros períodos, nas últimas décadas tem feito tentativas de se aproximar da população o que parece estar se coroando de êxito. As igrejas protestantes possuem uma liturgia de caráter racional, expressando uma ética própria voltada para a vida material plenamente desfrutada como uma maneira de se aproximar de Deus. Os demais credos que perpassam a organização cultural brasileira também se valem da dimensão sobrenatural que visa preparar os seres humanos para enfrentar a sua suprema angústia existencial que é o medo da morte. As diversas seitas religiosas sempre souberam explorar esse medo e o temor do que esperar após o fim da existência, ainda se configura como fórmula infalível para manter a dominação sobre seus fiéis.

Um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do Cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica por meio de uma ideologia

⁴ HOUTART (1994, p.32), considera que os elementos constitutivos dos sistemas religiosos são as significações religiosas, as expressões religiosas, a ética com referência religiosa e as organizações religiosas. Portanto, por ser um sistema de crenças, “toda religião produz sentido, ou seja, uma interpretação da realidade, da história, do homem e do mundo”.

imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia desqualificava a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual “porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido”. (RAGO, 1987, p.65).

O uso de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino era utilizado pela ideologia cultural que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa, anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos. A Igreja católica associaria a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora, principalmente a prostituída, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era o espírito e a santidade, a segunda era carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade.

Sexo para a mulher *honrada* estava intimamente ligada à pureza do corpo. A mulher não precisaria sentir prazer no intercuro sexual e de preferência deveria manter a castidade, mesmo no casamento. A forma de preservar essa castidade seria relacionar-se sexualmente apenas para a procriação, evitando-se os excessos que causariam danos à saúde e à vida espiritual feminina. O desejo e o prazer eram reservados aos homens, os quais, segundo o discurso médico, eram biologicamente voltados para a essência carnal por conta da virilidade. Isso justificaria “a busca da prostituta pelo marido que respeita a esposa, mas que precisa reafirmar quotidianamente sua virilidade. A influência do padre, multiplicando as interdições sobre o sexo conjugal, reforça este modelo de casal que permanece inquestionável até a década de 60” (RAGO, 1987, P. 84).

A ideologia de caráter religioso moldou e regrou a sexualidade das mulheres e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e se estendeu ao século XX. Ao ser veiculada na sociedade, na família e na educação ensinou que nas escolas as moças fossem instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na igreja deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros; na família se impediria toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam ser severamente punidas.

3. Gênero, educação e poder

Na interpretação da história das mulheres, campo do conhecimento que se ancora nas experiências e realizações que se iniciam no espaço privado e alcançam as fronteiras do espaço público, é possível trazer à tona um encadeamento de fatos que transparecem nas relações de gênero e se edificam nas relações de poder entre os sexos. No entanto, o poder é passível de confrontação e os modelos de resistência acompanham a inculcação ideológica vinda dos diversos setores sociais que procuram justificar os mecanismos de submissão de um sexo ao outro, no qual o sexo feminino está sujeito a um sistema de desigualdades, pois o poder, historicamente, sempre foi essencialmente masculino.

No século XIX e nas décadas iniciais do século XX, o modelo feminino defendido pelos setores sociais que consideravam a mulher apenas pela sua capacidade reprodutiva, era representado pela mulher-mãe, assexuada e fértil que deveria dar à Nação os futuros cidadãos necessários para seu desenvolvimento. Portanto, o ideário que direcionou o pensamento feminista e se estendeu ao longo da primeira metade do século XX, considerava as diferenças fisiológicas e emocionais entre os sexos, rejeitava a crença na inferioridade intelectual feminina e na sua capacidade para exercer uma profissão, reivindicando seu direito de inserção no espaço público, o que seria conseguido através de uma educação não discriminatória

para o sexo feminino. Porém, acatava também a domesticidade e a maternidade como aspirações inatas das mulheres, assim como sua maior tendência ao sacrifício, ao amor e à renúncia, assim como atributos de meiguice, obediência e bondade.

Quando as mulheres e o papel que desempenham nas relações de gênero são enfocados, é possível observar paradigmas de submissão cristalizados ao longo de séculos, assim como modelos de resistência que ultrapassam os muros da domesticidade e revelam ao espaço público as insatisfações geradas numa estrutura social solidificada em tradições. A banalização do exercício do poder de um sexo sobre o outro assume esses paradigmas como parte da ordenação natural das relações entre os seres humanos, no qual o mais *fraco* pode ser dominado com ou sem seu consentimento.

Os modelos de resistência acontecem quando ao cruzamento de mudanças sociais, se articula uma tomada de consciência por parte daquele que é submetido, o que gera insatisfação e desejo de mudança. Esses modelos podem acontecer como manifestação coletiva ou mesmo individual. A prática de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica na existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica culturalmente edificada, onde as atividades masculinas são consideradas de primeira ordem e as femininas de segundo escalão. A articulação das dimensões objetivas e subjetivas evidencia um tipo de pensamento que se traduz em ações concretas e leva aos mecanismos de dominação e opressão. Existem, pois, dificuldades em se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, pois os paradigmas construídos a partir da perspectiva masculina resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos dado que as relações de gênero se ancoram em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas e até em emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico.

As configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as etnias, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação que adquirem forma concreta em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. A utilização do conceito teórico de gênero para analisar a tessitura social implica em não considerar as diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico. Tal assertiva evidencia da parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas, que envolvem a aceitação implícita da subordinação da mulher ao homem, baseados nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie.

Os estudos de gênero oferecem possibilidades investigativas que vão desde o recontar da História das Mulheres sobre a ótica das relações de poder que se estabelecem entre os sexos e abrangem os vários campos epistemológicos, nos quais a educação também está incluída; ao sexismo nas escolas, a coeducação, os estereótipos sexuais em sala de aula, o magistério como profissão feminina, as professoras como chefes de família, e até mesmo as relações de poder que se estabelecem entre professores no interior das escolas, assim como entre alunos dos dois sexos e a educação e destinação social diferenciada para meninos e meninas, e os relacionamentos familiares.

4. As mulheres na História e o discurso da desigualdade

Nos anos finais do século XIX, as mulheres, de acordo com as premissas do positivismo, corrente que havia tomado corpo no Brasil e sido assimilada pelas mentes ilustradas da época, eram vistas como seres dotados de atributos de pureza e

doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da pátria, o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Mesmo tendo introduzido um avanço em relação aos séculos anteriores, onde o mistério e as credices herdadas da Idade Média ainda influíam nessas representações, o fato é que os positivistas, ao adotarem os modelos de domesticidade e espírito de sacrifício, foram determinantes para a desclassificação social da mulher. O discurso da pureza feminina e das suas qualidades morais armava-se de ambiguidades e prestava-se admiravelmente bem para referendar o mito da inferioridade biológica que vinha impregnando também o discurso dos evolucionistas. Esses princípios referendavam e preservavam os estereótipos da feminilidade de forma a justificar a exclusão da mulher dos espaços de protagonismo social.

O pensamento positivista valorizava a mulher como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Era ela também a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da Pátria. Os anos iniciais do século XX iriam ultrapassar, em parte, as teorias das diferenças biológicas propostas pelo positivismo. Porém, essas diferenças vinham ao encontro de uma ideia de sociedade que necessitava da presença feminina e serviam para referendar a ocupação do espaço público pelos homens, segregando-se as mulheres nos limites do privado e reservando a elas o cuidado com os filhos que deveriam ser depositários dos seus ensinamentos morais.

O positivismo e o higienismo haviam indicado que competia às mulheres a responsabilidade educativa das crianças, proposta defendida vigorosamente nos meios políticos, científicos, religiosos, sanitários e intelectuais. Mas essa responsabilidade nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas

à saúde, como enfermeira ou parteira. Apesar de divergirem em alguns aspectos do clero, os positivistas, desde o início foram aliados da Igreja católica a respeito da destinação materna das mulheres. Para isso compartilhavam a ideia vigente da necessidade de mantê-las ao abrigo das injunções da vida pública e seus perigos para preservar a ordem vigente.

Portanto, a educação que recebiam não poderia ultrapassar demasiadamente as fronteiras do doméstico e do socialmente aceitável. No campo da política, os mesmos positivistas que haviam defendido a superioridade moral do sexo feminino, foram os que se insurgiram mais tenazmente contra o sufrágio feminino, argumentando que uma incursão ao mundo da política poderia conspurcar sua alma e a sua pureza inata. O pressuposto da inferioridade biológica das mulheres também levou o positivismo a considerar natural os homens no poder, baseando-se na diferença de ordem biológica entre os sexos, o que justificava a subordinação e opressão feminina e seu alijamento da esfera pública.

Os anos iniciais do século XX continuaram atrelados a essas concepções, não estando prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança social. As correntes ideológicas que orientaram o pensamento das elites intelectuais no período republicano reforçaram essa destinação *natural* e manifesta das mulheres, ressaltando seu valor na educação dos filhos e ancorando nesse *destino* a necessidade de educá-las.

5. Educação e cultura protestante

Se no século XIX houve na cultura brasileira alguns sinais favoráveis à disseminação dos ideais protestantes, divulgados como uma alternativa ao catolicismo, em relação ao sexo feminino não houve avanços significativos. Não se pode esquecer também que a modéstia de recursos das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos fazia com que os missionários compartilhassem os mesmos

problemas de verbas das escolas brasileiras. No país de origem dos missionários, a ideologia de delimitar espaços para cada sexo também era uma realidade. Com a ofensiva católica na primeira metade do século XX, muitas escolas protestantes fecharam suas portas e a proposta de se estender uma educação igual para os dois sexos limitou-se a colocá-los em classes onde assistiam aulas juntos, com os mesmos professores, os mesmos métodos, sob a mesma direção.

Quanto à projeção da futura vida social para cada sexo, não havia discordância entre católicos e protestantes. Fora da escola tudo permaneceu como antes: o homem mandava, a mulher obedecia. O homem cuidava, a mulher pertencia. Mediando essa relação, a educação escolar prosseguiria como uma forma de controle social e controle de gênero, mesmo embutindo em seu discurso a perspectiva da igualdade, da liberdade e da cidadania. Num país que durante décadas acreditou na superioridade masculina sobre a feminina, não seria assim tão fácil romper com essa pretensa supremacia.

A chegada dos protestantes no século XIX e a criação das pequenas escolas ao lado das igrejas e de colégios nas localidades maiores trouxe ao panorama educacional uma concretização do que já acontecia nos Estados Unidos acerca da instituição da coeducação dos sexos. Os missionários norte-americanos, em que se considerem as ideias democráticas e libertárias de que estavam imbuídos, também eram movidos pelas mesmas medidas de economia de investimentos físicos e recursos humanos, porém tinham um discurso ideológico compatível com as lutas feministas que se processavam no seu país acerca de igualdade de oportunidades educacionais para os dois sexos.

Desde a Guerra da Independência nos Estados Unidos, as escolas norte-americanas mostraram uma tendência em adotar o sistema de educar juntos os dois sexos. Em São Paulo, os republicanos viam com bons olhos uma prática também compatível com o seu pensamento liberal e democrático. Se no Império, apesar do confronto com o regime monárquico, a Igreja católica ditou as regras educacionais;

na República os protestantes tiveram seu momento de glória e suas escolas eram vistas como exemplo a ser seguido pelo Estado na sua causa da educação popular.

O enfraquecimento da Igreja católica nos anos finais do Império, e a separação do Estado na República abriu espaços para que o imperialismo cultural norte-americano que se espalhava pelo mundo, envolvendo os vários países, enviasse seus representantes para a nova nação que se erigia e precisava ser evangelizada. Isso colaborou para que as igrejas e escolas protestantes prosperassem, apesar da resistência do clero e da mentalidade da população voltada para a prática católica.

As razões econômicas para que nos estados norte-americanos muitos defendessem o funcionamento de classes mistas, se escudavam na necessidade sempre presente de ampliar a escolarização no novo país que se desenhava no final do século XIX e que precisava de mentes ilustradas para prosperar. Em escolas separadas para os dois sexos, embora fosse uma aspiração das famílias e da sociedade, haveria necessidade de duplicar pessoal e equipamento pondo em risco a comunidade local quanto aos gastos com educação. Assim, todas as funções da escola deveriam estar voltadas na direção da cultura moral que envolveria todo o ensino. Deveria ser cultivada na prática, em atividades concretas, na experimentação, pois resultava de sentimentos e hábitos, setores nos quais a teoria mostrava-se estéril como influência educadora dos sentimentos na escola. A ação moralizadora estaria presente em todas as disciplinas com vistas à formação do caráter e cultivo de virtudes, tais como: amor ao dever; valorização do trabalho; atividade; frugalidade; bom emprego do tempo; probidade; sinceridade absoluta; “*self-control*”; acatamento aos direitos do próximo; obediência à lei; decência; morigeração; pureza e polidez na linguagem; lealdade; caridade; amor à pátria.

O cultivo destes sentimentos deveria estar associado ao ensino da ciência; a introdução desse ensino faria um importante serviço à cultura dos sentimentos morais. A ciência, para Rui Barbosa, seria religiosa e moralizante. O objetivo da escola deveria voltar-se para a formação do cidadão; a ciência, porém, seria o seu conteúdo. No método, na forma de transmiti-la, seria possível enfatizar esse

sentimento. O eixo da educação moral seria o caráter e a ação pessoal do mestre. A educação cívica seria uma das faces da educação moral.

Obrigatório hoje na escola americana, na francesa, na suíça, na belga, na alemã, na italiana, em toda a parte, digamos assim, esta espécie de cultura não carece de que a justifiquemos aqui. Tereis instituído realmente a educação popular, se a escola não derramar no seio do povo a substância das tradições nacionais? Se não comunicar ao indivíduo os princípios da organização social que o envolve? Se não imprimir no futuro cidadão ideia exata dos elementos que concorrem na vida orgânica do município, da província, do Estado? Se não lhe influir o sentimento do seu valor e da sua responsabilidade como parcela integrante da entidade nacional? (BARBOSA, 1947, p. 385).

Nesse período da história brasileira, em que a sociedade vivia o final do Império e início da República, a educação estava atrelada a um projeto modernizador, objetivando a valorização do homem, como trabalhador e produtor da riqueza, bem como fator de integração nacional. Logo, a educação deveria ser organizada para dar forma ao cidadão republicano, visando homogeneizar a cultura para atender as demandas da sociedade e apresentava como tarefa maior, atender as exigências do capitalismo e da produção.

Na obra de Rui Barbosa, encontra-se a defesa de uma educação integral, com princípios a serem trabalhados: a educação física, a educação intelectual e a educação moral. Esses princípios da educação integral expressavam uma compreensão unificada, na qual a ciência revelava-se como o melhor meio para a disciplina intelectual e a disciplina moral. A educação integral converteu-se no primeiro fundamento pedagógico sistemático para a seleção dos conteúdos à escola primária. Nesse processo estaria em jogo a substituição de uma cultura literária pela cultura científica no ensino secundário, e a transmissão de conhecimentos úteis de natureza social, moral e cívica ao ensino primário.

No ensino secundário a escolarização também teve como finalidade atualizar e ampliar a cultura geral das elites. No ensino primário, além do ler, escrever e contar, se ensinaria nas escolas a ginástica, a música e o canto, os valores morais e cívicos, o desenho, a escrituração mercantil, o sistema de pesos e medidas, as noções de

horticultura e arboricultura, os trabalhos manuais, a higiene, a puericultura, a economia doméstica, entre outros. Mas essa renovação pedagógica e a constituição de currículos modernos não alteraram por completo o caráter de distinção de classe, o qual era próprio da educação burguesa.

A influência norte-americana não se deu apenas no estado de São Paulo, segundo Chamon (2008), nos anos 70 do oitocentos, Minas Gerais parece “descobrir” os progressos da educação norte-americana. Indícios dessa “descoberta” podem ser encontrados nos relatórios dos presidentes da província. Nesses documentos, nos quais os dirigentes mineiros expõem o estado de diversos setores da administração pública, fazendo muitas vezes comentários e propondo soluções para os problemas enfrentados na província, aparece, no ano de 1873, referências à experiência educacional da América do Norte. Segundo a autora, nesse ano, o inspetor geral da instrução pública mineira, em relatório anexo ao do presidente da província, faz um comentário sobre a educação da mulher e seu emprego no magistério nas escolas primárias dos Estados Unidos. De acordo com esse inspetor, essa experiência norte-americana deveria ser tomada como exemplo em Minas Gerais.

O desenvolvimento das missões protestantes no Brasil esteve ligado à expansão econômica e política norte-americana na América Latina e na América do Sul, iniciada no século XIX e consolidada no século XX. A estratégia utilizada pelos missionários religiosos protestantes, para influenciar o povo e a elite brasileira para a nova religião foi utilizar as escolas e seminários. Se as escolas promoviam uma educação liberal idêntica às recebidas pelos estudantes norte-americanos, os seminários, por sua vez, formavam pastores nacionais que atuavam diretamente junto à população, evangelizando ou educando. (CLARK, 2005)

Os protestantes, acolhidos pelos liberais e republicanos, receberam apoio dos anticlericais e maçons, pois estes tinham o ideal de trazer novos valores para a sociedade brasileira e entendiam que isso poderia acontecer com uma renovação da mentalidade das novas gerações. Segundo Hilsdorf, as escolas americanas de confissão protestante trariam para a Província de São Paulo uma diretriz de ensino

prático, científico e comum para todos, que concretizava aqueles aspectos do sistema de ensino norte-americano que mais atraíam as elites da época. Aos liberais e republicanos, as escolas ofereciam seu caráter democrático; aos adeptos e simpatizantes do positivismo e outras derivações científicas, a orientação científica se imprimia no currículo de estudos; aos anticlericais, a ausência de ortodoxia, de sectarismo, a par de uma completa oposição à Igreja Oficial. A todos, enfim, pelo cuidadoso aparato pedagógico que exibiam em termos de equipamentos, instalações, professores e procedimentos didáticos, ofereciam a possibilidade de uma formação acadêmica mais eficaz que a proporcionada pelos colégios nacionais, seja como preparatórios para o ingresso nos cursos superiores, seja como formação imediata para a vida. Numa província como a de São Paulo, que despertava para as grandes questões do século – democracia, laicização da vida pública, formação da mulher, educação popular – seriam justamente as elites políticas e culturais as primeiras a incentivar o trabalho dos missionários protestantes americanos. Os ideais e valores que elas compunham para a nova sociedade brasileira eram vistos como condizentes com as diretrizes culturais e pedagógicas das igrejas reformadas americanas, e não com as do ensino oficial católico ultramontano. Era nas escolas americanas de fé protestante que residia a possibilidade de se formar as novas gerações na prática das qualidades políticas e intelectuais necessárias para se colocar o país à altura do século. (HILSDORF, 1977)

Nascimento (2012) salienta que os colégios protestantes atraíam os filhos dos republicanos e liberais, que apresentavam anseios de modernização. Os grandes colégios protestantes apresentaram cursos para todos os segmentos, desde o Jardim da Infância, até o Curso Normal, onde professores eram preparados para exercerem o magistério. Portanto, a fundação das escolas pelas missões protestantes representava uma resposta às necessidades dos imigrantes, trazia inovações pedagógicas que já haviam sido testadas, despertava para as questões políticas e culturais, ao mesmo tempo em que servia também como elemento de penetração na

sociedade brasileira e como meio de propagação indireta das atividades de evangelização.

Considerações Finais

Evangelização e educação caracterizavam a estratégia missionária dos protestantes em seu estabelecimento no Brasil. Estes dois componentes foram fundamentais no surgimento da “civilização cristã” norte americana e o “tripé religião-moralidade-educação”, contribuía para o seu papel normativo e civilizador”. Não foi difícil instalar-se, num contexto em que havia carência de estabelecimentos educacionais e setores liberais da sociedade brasileira ávidos por novidades que representassem avanços em relação à prática educativa conservadora das escolas católicas.

A educação liberal, praticada pelas escolas protestantes, de forma crescente ao longo do século XIX e boa parte do século XX, obteve guarida, facilidades e incentivo na cortesia interessada das elites liberais brasileiras, particularmente com o apoio da Maçonaria. O alvo dos protestantes chegou a ser conhecido no lema que corria informalmente: “para cada igreja uma escola”; mas, o inverso também era verdadeiro, ou seja, que existisse em cada escola uma igreja.

Por meio das *escolas-igrejas* os protestantes divulgavam o seu pensamento e cosmovisão, mas também imprimiam um *modus vivendi*, baseado em hábitos, condutas sociais e valores, geralmente tematizados na perspectiva religiosa. Pode-se considerar que a educação escolar foi uma das principais estratégias utilizadas pelos missionários protestantes norte-americanos para difundir seus ideais em solo brasileiro.

Se as mulheres missionárias presbiterianas, originárias dos Estados Unidos, ainda estão sendo visibilizadas por seu trabalho de conversão à fé protestante, a história da educação mostra que elas foram bem-sucedidas na formação de uma elite de mulheres e homens brasileiros nos moldes dos princípios e dos valores que sua

religião sustentava e divulgava. Esses princípios e valores estavam estreitamente ligados às ideologias do “destino manifesto” e da “civilização cristã anglo-saxã” e do expansionismo cultural norte-americano.

Referências

- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto; Editora da Unesp, 1997.
- BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde, 1947. v. 10, tomo 1-4.
- CHAMON, C. S. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CLARCK, Jorge Uilson. *Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdios da educação liberal*. 2005 178p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GROSHOLZ, Emily. *Mulheres, História e Deliberação Prática*. In: GERGEN, Mary M. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Edunb, 1993.
- HILSDORF [BARBANTI], Maria Lucia Spedo. *Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/ Faculdade de Educação, 1977.
- HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Ática, 1994.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. *A pedagogia dos Catecismos Protestantes no Brasil Católico*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Ester%20Fraga%20Vilas-Boas%20Carvalho%20do%20Nascimento%20-%20%20Texto.pdf>. Acesso em 15/10/2016.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890/1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RENDEL, Margarita. *Panorama Mundial de la Investigación y la Enseñanza sobre la Mujer*. UNESCO, França, Paris, Organizaciones de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1985.
- RICOEUR, P. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Tradução de H. Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.